



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

61
TJP.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0089718-06.2013.8.17.0001(330858-1)

AGRAVANTE: MANOEL JOSÉ SEVERINO

AGRAVADO: FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO
ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE CONHECIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR APOSENTADO. COMPLEMENTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (GTS). PAGAMENTO REALIZADO A MENOR. SENTENÇA QUE EXTINGUE O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO EM FACE DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O PEDIDO DO AGRAVANTE/APELANTE TEM CARÁTER PREVIDENCIÁRIO. LIDE QUE NÃO SE ENQUADRA NA EXCEÇÃO PREVISTA DO INCISO V, § 2º DO ART. 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 321/2011 - TJPE. COMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 30 de maio de 2014.

Des. ANDRÉ Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

62
rap.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0089718-06.2013.8.17.0001(330858-1)

AGRAVANTE: MANOEL JOSÉ SEVERINO

AGRAVADO: FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO
ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de agravo legal interposto contra a decisão terminativa (fls. 40/42) da minha lavra que, constatando a harmonia da sentença proferida na Ação de Ordinária de Conhecimento nº 0089718-06.2013.8.17.0001, com a jurisprudência consolidada deste Egrégio Tribunal, negou seguimento ao recurso de Apelação Cível.

Em suas razões, repete o agravante os argumentos constantes na Apelação Cível (fls. 22/25), relatados na decisão ora atacada, para que não seja declarado o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública competente para processar e julgar a ação, e não o Juizado Especial da Fazenda Pública, como terminado na sentença e confirmada na decisão ora agravada, como previsto no inciso V do §2º do art. 2º da Resolução 321/2011 do TJPE (fls.45/49).

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do presente recurso de Agravo, passando a analisá-lo.

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos:

“Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto por Manoel José Severino em face da sentença proferida na Ação Ordinária de Conhecimento nº 0089718-06.2013.8.17.0001, que extinguiu o processo, sem

1
M



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

63
rp.

resolução do mérito, por entender ser a ação da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública (fls.19/20).

Alega o apelante que a competência para processar e julgar a ação é de uma das Varas da Fazenda Pública nos termos da Resolução 321/2011, art. 2º, § 2º, inciso V, por entender que seu caso se enquadra na excepcionalidade da norma.

Requer seja dado provimento ao recurso para que seja declarado o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública competente para processar e julgar a ação (fls. 22/25).

É o Relatório.

Decido.

O apelante busca com a Ação Ordinária de Conhecimento o correto pagamento de sua Gratificação de Tempo de Serviço (GTS), que alega não estar sendo paga no percentual de 5% (cinco por cento) como prevê a Lei Complementar Estadual nº 169/2011, causando-lhe dano remuneratório. Afirma que tal pleito seria da competência das Varas da Fazenda Pública por força do § 2º do art. 2º da Resolução nº 321/2011.

Assim dispõe a Resolução 321/2011:

Art. 2º A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, observado o disposto no art. art. 190-A, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar Estadual nº 100, de 21 de novembro de 2007, com a redação determinada pela Lei Complementar Estadual nº 163, de 17 de dezembro de 2010), atendendo a necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos, fica limitada, por 5 (cinco) anos, a contar da entrada em vigor da Lei Federal nº 12.153/2009, de 22 de dezembro de 2009, às causas no valor de até 60 (sessenta) salários mínimos relativas às seguintes matérias:

- I - multas e outras penalidades decorrentes de infrações de trânsito;
- II - transferência de propriedade de veículos automotores terrestres;
- III - imposto sobre serviços de qualquer natureza;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

64
top.

- IV - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;
- V - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- VI - ações previdenciárias;
- VII - ações indenizatórias.
- VIII - fornecimento de medicamentos e outros insumos de saúde, realização de exames, cirurgias, internações e transporte de pacientes.

§ 1º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.

§ 2º Não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- I - as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
- II - as causas sobre bens imóveis dos Estados e Municípios, autarquias e fundações públicas e eles vinculados;
- III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares;
- IV - as causas sobre licitações e contratos administrativos àquelas vinculados;
- V - as causas que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos civis e militares do Estado e Municípios, inclusive de suas autarquias, fundações e empresas públicas.

Portanto, o pedido do apelante não se enquadra na exceção do supracitado parágrafo, pois, na verdade, tem caráter previdenciário, já que busca a complementação de uma gratificação que está sendo paga, mas no entender do apelante a menor, não se enquadrando no paradigma do Conflito Negativo de Competência nº 0020318-39.2013.8.17.0000 (288059-3), da lavra do Des. Jorge Américo Pereira de Lira.

Nestes termos, por a pretensão do apelante se enquadrar no inciso VII do art. 2º da Resolução nº 321/2011, além do valor dado a causa ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, é o Juizado Especial da Fazenda Pública o competente para processar e julgar o feito. Correta a sentença.

3



65
rap.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Pelo exposto, por ser manifestamente improcedente, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso, com fulcro no art. 557 do CPC, mantendo a sentença em seu inteiro teor.

Publique-se.

Recife, 24 de abril de 2014.

Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator"

Os argumentos expendidos no presente agravo legal, até porque idênticos aos do recurso de Apelação Cível, não me persuadem a refluir da posição perfilhada.

Ante o exposto, estando a decisão combatida conforme a jurisprudência desta Egrégia Corte de Justiça, **nego provimento** ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator